

JUSTIÇA MILITAR AGORA QUER PUNIR CIVIL POR SUPOSTO CRIME MILITAR

Rudson Pinheiro Soares
Jornalista

O civil Roberto Monte, fundador e coordenador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) de Natal, está sendo processado na Justiça Militar pelos supostos crimes militares de “incitação à desobediência” e “ofensa às Forças Armadas”. Tudo isso porque, durante evento acadêmico na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Monte declarou que as Forças Armadas precisam de uma “lufada de ar” — as comissões internas de direitos humanos, cuja criação ele defende — e criticou a rígida hierarquia militar. Também são réus no processo 12 sargentos, ligados à Associação de Praças do Exército Brasileiro

O economista Roberto de Oliveira Monte, 55 anos, morador de Natal, militante histórico dos direitos humanos no Brasil, foi interrogado durante duas horas, no dia 12 de agosto de 2010, na Auditoria da 7ª Circunscrição da

Justiça Militar, no Recife. Monte é acusado de ter incitado a desobediência e ter ofendido as Forças Armadas, ao proferir a palestra intitulada “Direitos humanos: coisa de polícia”, no I Congresso Norte-Nordeste de Direito Militar, realizado em outubro de 2005 nas dependências da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Na ocasião, Monte criticou a hierarquia nas Forças Armadas e disse que estas precisam de uma “lufada de ar”. Os crimes de que é acusado são tipificados pelos artigos 155 e 219 do Código Penal Militar (CPM), de 1970, podendo render-lhe cinco anos de prisão.

Promovida pela Associação de Praças do Exército Brasileiro (Apeb), a palestra foi assistida por cerca de 350 pessoas. Monte foi denunciado junto com 13 militares, todos acusados de insubordinação. Um é coronel da Polícia Militar de Alagoas e os demais são sargentos do Exército. “Os sistemas da ONU e Interamericano (OEA) de proteção de direitos humanos possuem vasta jurisprudência no sentido de que as cortes militares não têm o poder de julgar civis por crimes militares, uma vez que a legislação militar serve apenas para regular a conduta de militares na condução de suas respectivas funções”, diz trecho do ofício enviado pela ong Justiça Global a relatores da Organização das Nações Unidas (ONU). A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados emitiu nota, em que afirma: “denunciar Roberto Monte, o único civil nesse processo penal ... é um evidente abuso de poder”, pois os artigos do CPM citados no processo referem-se meramente a delitos de opinião.

O economista foi convocado a depor pela primeira vez em julho de 2008. Ele compareceu, mas como o processo foi suspenso — em razão de *habeas corpus* obtido pelo coronel da PM que era co-réu no caso — não foi ouvido. Mas, após o recente desmembramento do processo, Monte foi novamente convocado. Sua defesa resolveu não solicitar o trancamento do processo, e Monte não se retratou em seu depoimento. A idéia é denunciar o “entulho autoritário” persistente na legislação e na mentalidade das

Forças Armadas. “Estou sendo ‘laranja’ nisso tudo”, argumenta. “O problema ali é outro, é a questão da hierarquia. Eles querem pegar o pessoal da Associação de Praças do Exército Brasileiro. Junto comigo, estão sendo processados 13 militares” (leia entrevista na p. 56).

Monte é um dos precursores em educação em direitos humanos no Brasil. Foi um dos fundadores da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal (1978) e, posteriormente, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, e integra o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos desde a sua criação. É consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no tocante à implementação do Portal Nacional de Segurança Humana do Ministério da Justiça. Integra ainda o Conselho Estadual de Direitos Humanos e é coordenador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), organização que ajudou a fundar, em 1985, e que herdou o espólio político da Comissão de Justiça e Paz. O CDHMP é responsável pela criação do site DHnet, principal referência, em língua portuguesa, sobre direitos humanos.

Nos anos 1990, o CDHMP denunciou a existência do grupo de extermínio “Meninos de Ouro”, na Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Por causa disso, a pedido da OEA, Monte passou a ser protegido pela Polícia Federal, que o escoltou por 14 meses. Companheiros seus foram assassinados. “Umas trinta pessoas conseguiram sobreviver

àquele processo e, talvez, não tenham noção disso”, diz. Porém, o fato que mais marcou a história do CDHMP, na visão de Monte, foi a chegada dos restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos, líder estudantil potiguar assassinado pela Ditadura Militar. “No Brasil tem cerca de 400 grupos de direitos humanos, o único que tem ‘memória popular’ no nome somos nós. De alguma maneira eu levei para o Centro esse negócio de memória histórica”, explica.

Por ironia, Roberto Monte é filho de militar. Nasceu em hospital de caserna, em Fortaleza, quando seu pai, Osvaldo Monte, que era coronel do Exército, lá servia. Um de seus irmãos é delegado de polícia. Seu avô materno também era militar. “Papai era dentista, formado em Fortaleza. Aqui em Natal, nos anos 1940, não existia universidade. A alternativa era ser militar ou religioso, ou ainda quadro do Partido Comunista”, brinca. Conservador, o coronel Monte filiou-se ao Partido Democrata Cristão, chegando a disputar uma eleição para vereador em Natal, em 1960, e passou à reserva em 1966.

A presença de religiosos na família fez Roberto Monte ingressar na Rádio Rural, emissora educativa católica, onde trabalhou por 14 anos. Em 1972, quando estudava no Colégio Marista, já era leitor dos jornais da imprensa alternativa: Opinião, Movimento etc., cujos exemplares ele mantém colecionados e encadernados. No curso de economia da UFRN, onde foi líder estudantil, conheceu o marxismo e a Teologia da Libertação.